

Ana Maria Felipe

Pós-graduada em Filosofia da Ciência. Coordenadora de Memória Lélia Gonzalez.
Presidente da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF).

Feminismo Negro: Mulheres Negras e Poder

Um enfoque contra-hegemônico sobre gênero



O artigo expõe fundamentos para uma contra-hegemonia de gênero (com foco racial), identificando as mulheres negras como mulheres de poder. Mostra esse poder na cultura oral e na constituição das sociedades

femininas. Trata do aparecimento do feminismo negro brasileiro; dos avanços das mulheres negras na organização política e na apropriação de conhecimento e aponta metas alcançadas de modo gradual, se consideramos a intensidade da luta.

Palavras-chave: continente africano; cultura oral; djeli; feminismo negro; griot; sociedades femininas.

The article shows principles to understand gender (in a racial focus) in an anti-hegemonic way, identifying black women as women of power. It shows that power is in oral culture and in the constitution of the feminine

societies. It relates how Brazilian black feminism emerged, how black women grew up in policy and in knowledge appropriation and indicates goals that are being reached, in a gradual way, if we consider the intensity of the struggle.

Keywords: African continent; black feminism; djeli; female societies; griot; oral culture.

Dedico este artigo, desde 1931, para Mãe Beata de Iyemonjá.¹ Ìyálòrìsà Ilé Omiojúàró (RJ); desde 1925, para Mãe Stella de Oxossi.² Ìyá Odé Kayode. Ilé Axé Opo Afonjá (BA).

INTRODUÇÃO

A iniciativa deste artigo sobre mulheres negras, o qual busca um enfoque contra-hegemônico, está na linha direta da superação de todo e qualquer tipo de violência que é praticada sistematicamente

contra as mulheres. E, como temos aprendido ao longo dos anos, falar em condição de exclusão e de violência para as mulheres implica, por inferência direta, saber das mulheres negras em pior situação! Situação que se evidencia na discriminação salarial; na não oportunidade em cargos gerenciais; no grande número de mulheres no trabalho informal, sem garantias de qualquer condição de bem-estar atual ou futuro; chegando a ocorrências de assédio moral, sexual, de agressões e violências de toda ordem, incluindo o estupro e o aumento da incidência de doenças sexualmente transmissíveis e da Aids; além do estigma da idade e da “boa” aparência e tantos mais que continuam a excluir as mulheres negras, submetidas a um racismo institucional.³

A proposta de enfoque contra-hegemônico é a de, em caráter introdutório, pontuar a importância das mulheres, desde a África, como sendo aquelas que constituem culturas e valores que vão permanecer no fluir da realidade histórica do ser humano, naquilo que é mais significativo.

O sistema de poder, envolvendo a política, a economia, a sociologia, cria mecanismos de controle da saúde, da escola, da cidade, das mentes, no sentido de encobrir cada vez mais a importância das mulheres negras. De nossa parte, vamos continuar estudando e falando, transmitindo ou ensinando (quando necessário) para evidenciar que a realidade “não é assim como lhe parece”, parafraseando

o escritor e prêmio Nobel de Literatura, Luigi Pirandello.

Para o corte contra-hegemônico, vamos tratar basicamente de dois aspectos a que o poder instituído (incluindo a Academia) tem aversão: a cultura oral e as sociedades femininas.

À CULTURA ORAL

Sociedade de cultura oral é aquela baseada no legado dos antepassados. Esse legado, que está presente permanentemente em cada grupo, sustenta o modo como todos os grupos humanos antigos edificam uma “cosmovisão” para entender e explicar suas vidas, convicções, valores e comportamento.

Na África antiga, a cultura oral foi transmitida pelo “djeli” (na língua do Mali) ou “griot” (do francês), como depositário de tradição e memória do coletivo.⁴ Modernamente, e levando em conta a realidade de culturas ou práticas matrilineares, concebemos que “griot”⁵ pode ser um homem ou uma mulher, aquele/a que é o/a ancião/anciã do grupo. Nesse sentido, é necessário considerar que as sociedades baseadas na cultura oral valorizam as pessoas idosas porque elas sabem a respeito de tudo sobre o grupo. Elas adquiriram sabedoria, enquanto os mais jovens estão a caminho dessa possibilidade.

“Griots” não são “contadores de histórias” (como aparenta em algumas traduções, numa perspectiva ocidental), mas

contam histórias de tradições, declamam poesias e repetem ou criam provérbios para ilustrar ou rememorar valores, comportamentos, conhecimentos, fatos, fenômenos, personalidades, como fazer (o saber fazer; *know-how*) e assim por diante, pois na cultura oral todos os aspectos que dizem respeito ao conhecimento local devem ser mantidos na mente bem como nas histórias, nos poemas e provérbios, nos contos épicos, nas

canções. Todos são formas muito fáceis de apreender as lições do grupo.

Nesse contexto, a memória tem função de destaque, não apenas para escutar-memorizar, mas para entender, aceitando e assimilando, para levar adiante. Na cultura oral, a mente não significa apenas razão ou lógica, mas razão, lógica, envolvimento, sentimento, emoção, que formam um complexo chamado “memória de



Cerimônia religiosa em Daomé. Máscaras geledê transportadas pelos nativos

antepassado". Assim, memória não é um simples registro do qual se pode lançar mão para recordar algum fato ou evento. É ela que constitui as sociedades antigas e, igualmente, constitui os membros dessas sociedades. A memória agrega conhecimento, compreensão, sentimentos e valores que uma pessoa leva na mente, no coração e na alma. E, nesse contexto, a linguagem tem uma significação (real) que se apresenta na vida real.

No Mali, "griot" é chamado "djeli" que significa literalmente "sangue" porque ele é, para a sociedade, o que o sangue é para o corpo. No Níger superior (Guiné), o "griot" é nomeado "Bélen-Tigi", o "o guardião da palavra". De fato o "griot" é a garantia para a sobrevivência do grupo, sendo, ao mesmo tempo, uma referência para qualquer assunto, para as pessoas locais.

No mundo moderno, teóricos fazem distinção entre sociedades alfabetizadas e não alfabetizadas (que usam ou não a escrita para anotar, preservar e rememorar). Mas é necessário observar que as sociedades não alfabetizadas, que usam a tradição oral, podem concentrar um grande número de significados em uma única poesia ou conto, sem usar argumentos lógicos para manter a atenção da audiência. Pelo processo "de boca a boca", como dizemos no Brasil; ou *mouth-to-ear*; ou *la bouche à oreille*, as culturas orais oferecem, ao mesmo tempo, sentimento, compreensão, conhecimento, usando o poder da palavra e o

ritmo da fala, como se o coração falasse e mostrasse a alma do grupo.

Enquanto os grupos étnicos africanos antigos viviam em sociedades orais, as diferentes etnias se circunscreviam aos limites naturais dos espaços e das culturas (das culturas orais). E tudo o que dizia respeito à terra ganhava significado na cultura: rios, animais, o deserto, a floresta, as montanhas, enfim, tudo. Quando os europeus apareceram colonizando o continente africano (século XVI d.C.) – e para nosso enfoque ficar circunstanciado apenas no continente africano⁶ –, eles impuseram um modo novo de tratar a terra: a terra foi dividida em espaços formais (países) e este fenômeno provocou a "aproximação" de diferentes etnias ou separou um mesmo grupo étnico (uma parte do grupo para um país; outra parte para o outro). A organização política e tudo o que a nova ordem trouxe determinou para as pessoas uma outra visão de mundo. Assim, surgiu um sério conflito entre os dois modos de vida: o original (de cada grupo étnico) e o novo (colocado pelos franceses, portugueses, ingleses).

No século XXI, quando temos educação, notícias, cultura, negócio, filosofia e tudo mais baseado no modo alfabetizado (escrita) e em métodos científicos, é importante considerar a grande porcentagem de pessoas que só tiveram acesso a poucos anos de escola regular, ou nenhum. Até mesmo para pessoas que passaram muitos anos na educação formal, as escolas (via de regra) não prestam atenção

a valores culturais; especialmente ao tratar sobre negros e negras; sobre estudantes negros e negras.⁷ Há uma cultura de massa estabelecida no mundo que manipula psicologicamente as mentes na direção da globalização. Esta manipulação aumenta a cada dia, impregnando os veículos de comunicação, a produção da moda, as escolhas alimentares, a seleção de emprego e todas as esferas da vida humana, promovendo o esquecimento e o abandono das culturas (dos valores) originais.

As pessoas (até) falam em “cultura oral”, mas apenas para se referirem ao passado ou a pequenos grupos que (ainda) existem no planeta. Ouvir ainda é um modo importante de aprender, embora falar não seja o melhor modo de transmitir conhecimento, porque, no mundo moderno, as pessoas esqueceram o poder da palavra e, geralmente, as palavras são usadas num sentido comum (vulgar), sem compromisso, ou como dogma. Em todo caso, a cultura moderna alfabetizada não está dando a necessária atenção a esses sentidos primordiais de os seres humanos se conectarem com os outros e com a natureza (o entorno), constituindo o próprio significado da vida: do nascimento; da morte; dos matrimônios; da criação; das guerras; das calamidades.

Hoje, no século XXI, podemos perceber que a cultura oral continua presente na diáspora africana nas Américas: no *candomblé* (América do Sul); na *santeria*

(América Central); no *jazz, soul, blues* (América do Norte), para dar alguns exemplos. A sabedoria da África antiga permanece com negros e negras, no mundo inteiro, e continua colocando barreiras para a lógica e para o racionalismo deixados pela colonização europeia. Como um/a “griot” que protege a cultura e os valores dos africanos, a “alma” mantém o espírito da cultura oral entre negros/as do continente africano e negros da afrodiáspora,⁸ constituindo uma “visão de mundo” negra.

AS SOCIEDADES FEMININAS

Sociedades femininas são comunidades organizadas sob a regência de mulheres. Na origem, a mulher foi percebida como a constituição primordial do universo, como a Grande Mãe. Evidências históricas mostram que as culturas matriarcais precederam as patriarcais, em um mundo em que a conexão entre gravidez e sexo era desconhecida e as pessoas comparavam a vida humana com a vida da natureza. Do mesmo modo que a natureza era misteriosa e poderosa, assim era a mulher. As figuras femininas são símbolos típicos encontrados em comunidades matriarcais: no continente africano (na era que corresponde ao neolítico europeu); no sul das Índias americanas; na China pré-histórica; na Índia; no Islã; no cristianismo.

No mundo moderno, quando alguém fala sobre qualificação por gênero, as pessoas logo pensam em poder, hierarquia e

signos como foi imposto pelo colonialismo e pelo capitalismo. Mas, para entender o que são as sociedades femininas, é necessário mudar o foco. Gênero é um conceito construído socialmente. A biologia nem sempre foi usada para explicar ou para estabelecer as relações sociais, a subjetividade, o posicionamento do ser humano no grupo ou a hierarquia social. Para entender as sociedades femininas, temos que colocar a questão em termos de uma sistemática “visão de mundo” (um “sentido do mundo”, *worldsense*, como sugere Oyeronke Oyewumi⁹), não linear, sincrônica, em que masculino e feminino são igualmente fortes. Falar em sociedades femininas é falar em igualdade das relações entre masculino e feminino. No mundo moderno, as famílias crescem sob a influência das mulheres, embora a hierarquia e o poder social sejam tipicamente masculinos.

Se considerarmos a trajetória do passado para os tempos modernos, as deusas estão relacionadas à criação, fertilidade, fecundidade e agricultura. No Egito, a adoração à deusa Isis alcançou seu ápice no século IV a.C. e durou até o século VI d.C., quando os últimos templos foram fechados seguindo a adoção do patriarcado difundido pelo cristianismo. Encontramos rainhas por toda parte do continente africano, desde o início da história: Tiye – a rainha de Núbia de Kemet (Egito), século XV a.C.; Hatshepsut – a rainha de Kemet (Egito), século XV a.C.; Candace – a imperatriz da antiga Etiópia,

século IV a.C., que impediu que Alexandre o Grande invadisse a Etiópia; Makeda (assim denominada na tradição etíope, ou Bilqis, na tradição Islã) – a rainha de Sabá, século I a.C.; Cleópatra VII – a rainha de Kemet (Egito), século I a.C.; Nzinga Mbandi – a rainha de Matamba (Angola), século XVI d.C.; a rainha Amina de Zaria (Nigéria), século XVI d.C.; a rainha-mãe Yaa Asantewa (Costa do Ouro – Gana), século XIX d.C.

No século XXI, rainhas continuam a ser reconhecidas no continente africano, até mesmo em nações que são tradicionalmente patriarcais, como Oukwanyama, uma comunidade com cerca de 300 mil cidadãos, entre a Namíbia e Angola. A rainha Mwadinomho Martha Kristian Nelumbu fez sua fala¹⁰ de entronização no dia 12 de novembro de 2005 destacando pontos prioritários que desenhou para seu governo, no contexto político, buscando o realinhamento da população: resgate das lideranças locais, medidas severas contra o abuso de bebidas alcoólicas e contra a violência doméstica; atenção ao desenvolvimento das crianças e dos jovens para a continuidade da cultura, dentre outros.

Para entender uma fala de posse como a indicada, no contexto das culturas femininas africanas, faz-se necessário questionar certas categorias “estrangeiras”, porque elas podem distorcer a dinâmica de estruturação local e o modo de entender as sociedades.¹¹ Na cultura ioruba (sul da Nigéria), considerando a relevância

que tem para a afrodiáspora, não há nenhum substantivo equivalente para “mulher” ou “homem”; a única distinção possível é entre feminino e masculino. As mulheres não são impedidas de exercer o poder, até mesmo as mais pobres. O que conta no exercício do poder é a capacidade pessoal. A instituição da Ialodê¹² – Ìyálóde (rainha-mãe das nações) – destacou a importância das posições políticas da mulher na era pré-colonial. Recorrendo ao senso espiritual, os iorubas falam sobre “nossas mães” que são respeitadas por seus poderes espirituais e que estão representadas pelas *geledês* (ou *gelede*) – máscaras que ilustram o poder das mulheres, até mesmo em sociedades africanas distintas. As *geledês* honram e servem espiritualmente às mulheres-anciãs, às antepassadas e às divindades.

Pessoas que buscam sociedades femininas no mundo não só encontrarão esse tipo de organização na Antiguidade e no continente africano, como também na afrodiáspora, nos tempos atuais. O *candomblé*, no Brasil, e a *santería*, na América Central, têm contribuições importantes para quem busca o espírito comunitário e a autoestima na celebração dos deuses e deusas da herança ioruba. As ialodês do *candomblé* são mulheres negras, mais velhas, que devem ser respeitadas como produtoras de conhecimento e como agentes transformadoras. Elas são símbolos de resistência para as estruturas sociais excludentes, contra a

dominação e o racismo. Entre essas mulheres, e para os ensinamentos que oferecem, as tradições orais permanecem como uma das principais possibilidades de falarem, terem voz, pois, sob o foco da exclusão, “a mulher negra não fala, ela é falada”.¹³

Os interesses de exploração que emergiram no mundo inteiro (depois do colonialismo e do capitalismo) e que seguem um pensamento linear, desejando colocar tudo sob controle masculino e sob uma lógica masculina, impõem às mulheres e à Terra Mãe as mesmas condições. Desde, pelo menos, o século XX, podem se verificar conexões entre a desvalorização da mulher e a destruição da natureza. Para as mulheres que estão lutando contra o poder masculino e excludente, lutar pela dignidade está na mesma linha de atuação da luta pela preservação da natureza. As percepções históricas e culturais que unem as mulheres e o planeta mostram que o contraste entre mulher e homem aproxima as mulheres da natureza, da ecologia e do questionamento sobre o uso que se faz da ciência. A natureza, as mulheres, além de negros e negras estão sob o mesmo domínio de poder. E, especialmente, as mulheres negras nas Américas e no continente africano estão lutando com vigor para transformar esse estado de coisas. A visão de futuro aumenta a responsabilidade com o sentido do futuro, e “sentido”, nesse caso, significa garantia de vida com igualdade. Sim-

ples assim: garantia de vida para todas e todos com “igual igualdade”.¹⁴ As mulheres negras compreendem que o desafio é o de implementar uma mudança efetiva a fim de trazer as descobertas da humanidade para uma comunidade maior, para o maior número de pessoas, incluindo masculino e feminino, e com um estilo de vida mais ecologicamente estruturado, mais sustentável e conectado à terra e à vida.

FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO

O feminismo negro no Brasil surgiu no início dos anos de 1970, conforme o relato de uma de suas importantes articuladoras: Lélia Gonzalez. O início dessa década também é o período em que o movimento negro no Rio de Janeiro está se estruturando, inclusive em conexão com o movimento negro americano e os pensadores africanos. As mulheres negras estavam atuando na e para a formação do movimento negro com importante contribuição. Lélia Gonzalez fala, por exemplo, sobre a importância da atuação de Maria Beatriz Nascimento¹⁵ que, já desde 1972, se encontrava à frente da Semana Cultural Negra, realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde era professora. Junto com iniciativas como essa, aconteceram “históricos” encontros na Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro que atraíram toda uma nova geração negra que ali passou a se reunir para discutir o racismo e suas práticas, enquanto modo de exclu-

são da comunidade negra. Lélia ressalta que um

fato da maior importância (comumente *esquecido* pelo próprio movimento negro), era justamente o da atuação das mulheres negras que, ao que parece, antes mesmo da existência de organizações do movimento de mulheres, reuniam-se para discutir o seu cotidiano, marcado, por um lado, pela discriminação racial e, por outro, pelo machismo não só dos homens brancos, mas dos próprios negros.

Assim, pela experiência histórica comum, o feminismo negro possui uma diferença específica em relação ao feminismo ocidental: a marca da solidariedade, como reflete Lélia Gonzalez.¹⁶

No mesmo texto, Lélia relata que

após sua reunião (de mulheres negras), aquelas mulheres: Beatriz (Nascimento), Marlene, Vera Mara, Joana, Alba, Judite, Stella, Lucia, Norma, Zumba, Alzira, Lísia e várias outras (eram cerca de vinte) juntavam-se a seus companheiros para a reunião ampliada (que chamavam de “grupão”), onde colocavam os resultados de sua discussão anterior, a fim de que o conjunto também refletisse sobre a condição da mulher negra.

Em 1975, a *articulação do feminismo negro brasileiro* aparece como *movimento de mulheres negras*. Em reunião de

feministas brancas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para comemorar o Ano Internacional da Mulher, as mulheres negras compareceram e apresentaram “um documento onde caracterizavam a situação de opressão da mulher negra”.¹⁷ Nos anos seguintes, as mulheres negras dessa articulação inicial continuaram a atuar nas diferentes organizações que se criaram: Aqualtune, 1979; Luiza Mahin, 1980; Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, 1982; NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras, 1983. Lélia destaca que

sem jamais termos nos distanciados do MN (movimento negro), continuamos nosso trabalho de militantes no interior das organizações mistas a que pertencíamos (André Rebouças, IPCN, SINBA, MNU¹⁸ etc.), sem, no entanto, desistir da discussão de nossas questões específicas junto aos nossos companheiros que, muitas vezes, tentavam nos excluir do nível das decisões, delegando-nos tarefas mais “femininas”. Desnecessário dizer que o MN não deixava (e nem deixou ainda¹⁹) de reproduzir certas práticas originárias de ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo, como já dissemos.

O movimento de mulheres negras aconteceu em todo o país, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife. Com certeza o “rufar dos tambo-

res” das capitais ecoou nas cidades vizinhas, para onde o movimento se espalhou, fazendo-se presente em todos os cantos do país.

Hoje em dia, passados mais de trinta anos, temos no país grande número de entidades de mulheres negras, trabalhando em seus projetos específicos (saúde; educação; cultura; eliminação da violência contra a mulher e a criança; empreendedorismo; trabalho decente e formação profissional; *Advocacy*²⁰; lésbi-



Um dos 28 orixás de Caribé

cas e todos os temas que dizem respeito às mulheres negras), mas com uma missão muito definida: a de colocarem fim às desigualdades de gênero e raça em todo e qualquer nível, em todo e qualquer lugar, em toda e qualquer situação.

Após mais de trinta anos de luta e monitoramento incessantes, apesar de os relatórios e pesquisas ainda mostrarem um hiato muito grande entre o dever ser e o ser, as entidades de mulheres negras ganharam apoio político e logístico (produção de materiais que facilitam o trabalho das instituições) – e algumas vezes apoio financeiro para projetos – com a estruturação, em nível federal, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); secretarias de estado da mulher; secretarias municipais da mulher; delegacias especiais de atendimento à mulher – DEAMs – num trabalho coordenado e parceiro entre os municípios e o governo federal (através da SPM), que apóia técnica e financeiramente as iniciativas; centros de referência no atendimento à mulher em situação de violência; dentre outras iniciativas.

Devemos destacar a lei votada, sancionada, motivo de várias campanhas: a Lei Maria da Penha (n. 11.340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, obedecendo à Constituição Federal e respeitando convenções internacionais das quais o Brasil participou e com as quais pactuou. Ressaltamos, também, os diferentes temas que

são focados quando se discutem as relações de gênero, como, por exemplo, questões de cidadania, trabalho, políticas urbanas, inclusão social, redução das desigualdades entre mulheres e homens; organização e emancipação das mulheres; importância da posse da terra para o enfrentamento da feminização da pobreza, dentre outros. Outra proposta de relevo para a visibilidade das questões que afetam as mulheres é o desenvolvimento das campanhas levadas a público em nível federal, estaduais e municipais, como: “Mais mulheres no poder. Eu assumo esse compromisso”; “Homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres”; “Viver sem violência. Direito das mulheres do campo e da floresta”.

E, para a especificidade das mulheres negras, juntemos a tudo isso, as articulações de SOS Racismo, de denúncia contra a intolerância religiosa, as coordenadorias, secretarias, superintendências, em níveis estaduais e municipais, de “políticas para a igualdade racial”, além da SEPPIR (Secretaria da Promoção de Políticas da Igualdade Racial), em nível federal. Destaque para o trabalho que vem sendo desenvolvido na área da saúde, também do nível federal ao municipal, sobre a saúde das mulheres negras, em parceria e por atuação direta das ONGs e de lideranças da área que promovem um monitoramento com a finalidade de provocar mudanças nos serviços públicos de saúde no que tange ao atendimento à mulher negra. Doenças prevalentes nas

mulheres negras vêm recebendo atenção e destaque em cartilhas, campanhas e iniciativas.²¹

À GUIA DE CONCLUSÃO: A
ESPERANÇA TAMBÉM É UMA
REALIZAÇÃO²²

Quando olhamos as questões das mulheres negras com foco acadêmico, constatamos pesquisas e análises a partir da perspectiva “possível” para as mulheres nas sociedades. Perspectivas essas que são estabelecidas em uma lógica ocidental: as mulheres negras são vistas e tratadas como mães impotentes que estão à margem da vida social, política e econômica, em que a incumbência “natural” da maternidade, e a luta pela sobrevivência de uma prole que está sendo sempre chamada à marginalização, ocupam tanto a sua atenção e sua vida que, conforme essa ótica excludente, cada uma dessas mulheres não tem condição para o desenvolvimento de si mesma. No entanto, nas cidades brasileiras, não é difícil reconhecer que as guerras (do tráfico, declaradas ou não) afetam as mulheres negras com muito mais rigor, ao mesmo tempo em que elas são afetadas pelas oscilações econômicas, pelos surtos de doenças, além da exclusão no trabalho e tudo o mais que as estatísticas (dos institutos e das academias) só fazem confirmar.

Nem sempre as mulheres negras estiveram em situação de subalternidade e nem em toda parte elas são forçadas e leva-

das ao silêncio e a não participação. Temos presenciado, nos últimos anos, um grande número de jovens negras em atuação política – nos encontros nacionais de juventude negra (ENJUNES), por exemplo –, em estudos avançados (no mestrado e no doutorado), no sentido, inclusive, de compreender “por dentro” (da academia) a lógica ocidental excludente e sexista que dissemina o racismo e toda forma de xenofobia que, além de todo o mal que provoca, ainda deixa sequelas de processos adquiridos em condições desfavoráveis, como as mortes violentas, mortes evitáveis, transtornos mentais e doenças como, por exemplo, as relacionadas na nota 21.

Não é difícil constatar os problemas de diferentes ordens que estão a degradar os seres humanos e a natureza, bem como a vida ética e participativa são os frutos garantidos de um modo machista (e tudo o que daí decorre) de estruturar e lidar com a realidade. A mudança de paradigma não só é algo desejado e necessário, como vem acontecendo com uma perseverança e atuação consequente que começa a incomodar racistas e sexistas, confirmando para as mulheres negras uma possibilidade de poder que sempre foi vivido e exercido por elas, mesmo sem muita evidência, sem alarde.

Para tratar desse assunto, e retomando o início deste artigo (a cultura oral), temos de considerar a língua falada no Brasil (o português brasileiro) que é abso-

A

lutamente diferente da língua falada em Portugal e em outros países da colonização portuguesa. Ainda conforme Lélia Gonzalez, no Brasil nós falamos o “pretoguês”. E essa língua, que é fruto direto da influência africana em nossos falares, é de responsabilidade da *mãe-preta* que “teve oportunidade de interagir e exercer sua influência naquele ambiente doméstico e conservador, incorporando-se à vida cotidiana do colonizador, fazendo parte de situações realmente vividas e interferindo no comportamento

C

da criança através de seu processo de socialização linguística e de determinados mecanismos de natureza psicossocial e dinâmica”.²⁵ Ela introduziu, igualmente, componentes simbólicos do seu universo cultural e emocional que estruturam e fundamentam a cultura nacional do Brasil.

E

Agradeço a Adailton Moreira – Babá Egbé Ilé Omiojúàró, pela grafia em ioruba, na dedicatória.

N

O

T

A

S

1. Mãe Beata tem se ocupado em deixar seu legado também de forma escrita. Seus livros publicados são: *Caroço de dendê: a sabedoria dos terreiros*. Como ialorixás e babalorixás passam conhecimentos a seus filhos. Rio de Janeiro: Pallas, 1997. 128 p.; *Histórias que minha avó contava*. São Paulo: Terceira Margem, 2004; *Tradição e religiosidade*. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. (orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000, p. 16-19. Nome em citações bibliográficas: COSTA, Beatriz Moreira (Mãe Beata de Yemonjá); YEMONJÁ, Beata de (Mãe); BEATA DE IEMONJA, Mãe. Foi a primeira *iyálòrisà* a receber o prêmio Bertha Lutz (do Senado Federal). Disponível em: <http://www.iroh.in.org.br/online.php?sec=news&id=528> Acesso em: 17 mar. 2009.
2. Ambas constam no livro *Mulheres negras do Brasil* organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, co-edição Redeh e Senac Editoras, disponível online: Mãe Beata – <http://www.mulher500.org.br/acervo/biografia-detalhes.asp?cod=8> e Mãe Stella – <http://www.mulher500.org.br/acervo/biografia-detalhes.asp?cod=525> Acesso em: 17 mar. 2009.
3. Criado em 1967, o conceito de *racismo institucional* especifica a forma de racismo que se estabelece nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições, traduzindo os interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos racialmente dominantes. De acordo com um dos mais importantes documentos do Reino Unido sobre o tema, o Relatório Macpherson (1999), o racismo institucional é: “A incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado ou profissional às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação através de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudi-

cam minorias étnicas". Ver Boletim Eletrônico (do) Comitê Técnico da Saúde da População Negra – CTSPN. Brasília, ano 1, n. 1, mar. 2005. Disponível em http://www.mulheresnegras.org/doc/Boletim_pop_negra.doc Acesso em: 17 mar. 2009.

4. Originalmente a palavra se refere ao masculino.
5. Abasileirado: griô.
6. Não podemos, neste artigo, tratar do que foi a invasão do continente africano e a degradação imposta aos povos na África e nos países da afrodiáspora.
7. Suas especificidades não são tratadas em um mundo que está carregado de racismo, de sexismo e de outras formas de discriminação que baixam a autoestima, inviabilizando o avanço do conhecimento; além da polêmica da implementação do sistema de cotas que urge por um encaminhamento cidadão e fora da falácia da inconstitucionalidade e outros estigmas que autodeclarados “não racistas” insistem em repetir.
8. Conforme grafado por Ipeafro.
9. OYEWUMI, Oyeronke. Conceptualizing Gender: the Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies. *Jenda – A Journal of Culture and African Women Studies*, v. 2, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.jendajournal.com/vol2.1/oyewumi.html> Acesso em: 17 mar. 2009.
10. Normalmente se diz “discurso”. Mas preferimos “fala” por causa da diferença semântica entre essas palavras. É importante recorrer a essa fala de posse que foca questões locais prioritárias. Disponível em: <http://www.newera.com.na/article.php?db=oldarchive&articleid=9628> Acesso em: 17 mar. 2009.
11. No Ocidente, temos reinados com figuras decorativas, apenas para manter a tradição. Nesse sentido, dizemos que “A rainha da Inglaterra reina, mas não governa”. Ela é apenas a chefe de Estado. O chefe do governo é o primeiro-ministro que governa e administra.
12. Grafado. Cf. Dicionário Houaiss da língua portuguesa.
13. “Nós, mulheres negras, temos sido faladas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza”. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Isis Internacional & MUDAR – Mujeres por un Desarrollo Alternativo. *Mujeres, crisis y movimiento: América Latina y el Caribe*. Ediciones de las Mujeres, n. 9, 1988, 160 p. E, na linha da reflexão feminista negra, Marina Farias Rebelo entende o que é “ser falada”. Marina é mestranda na UnB, Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea, atuando na pesquisa coordenada pela professora Regina Dalcastagnè. Ela compara a literatura com o rap como lugar de expressão: “No rap, a mulher negra reivindica a voz para si, elas cantam a sua mensagem, coisa que não acontece na literatura”. A pesquisa do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, da UnB, revelou que na produção das três maiores editoras do país (entre 1990 e 2004), de 1.245 personagens, em 258 obras, apenas 2,7% (34) são mulheres negras (UnB Agência, 6 de março de 2009). Disponível em <http://www.clicbrasil.com.br/portal/noticia.php?IdNoticia=90806> e <http://www.secom.unb.br/unbagencia/unbagencia.php?id=1310> Acesso em: 17 mar. 2009.
14. Falar em “vida com igualdade” já está tão banalizado, como parte de qualquer discurso, em qualquer circunstância, que nos permitimos chamar a atenção para a necessidade da “igualdade”, fazendo um pleonasma.
15. Maria Beatriz Nascimento (1942-1995): intelectual, ativista negra, contemporânea de Eduardo Oliveira e Oliveira, Lélia Gonzalez e Hamilton Cardoso. Nasceu em Aracaju (SE). Referência de Alex Rattz, em *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Extrato da apresentação disponível em <http://cidinhadasilva.blogspot.com/2007/09/sobre-beatriz-nascimento.html> Acesso em: 17 mar. 2009.
16. GONZALEZ, Lélia. *Mulher negra*. Comunicação em *The Black Woman's Place in the Brazilian Society. 1985 and Beyond: A National Conference*. African-American Political Caucus e Morgan State University. Baltimore, 1984. Disponível em <http://www.leliagonzalez.org.br> Acesso em: 17 mar. 2009.
17. Idem.
18. GTAR – Grupo de Trabalho André Rebouças (1974); IPCN – Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (1975); SINBA – Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (1972); MNUCDR – Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (1978), rebatizado, em 1979, como MNU – Movimento Negro Unificado.

19. A afirmativa se refere ao ano de 1984. Hoje, ela ainda é verdadeira.
20. O termo *advocacy* significa a busca de apoio para os direitos de uma pessoa ou para uma causa. Tecnicamente, esse apoio pode envolver duas ideias básicas, se nos limitarmos apenas à questão dos direitos: (1) promoção de direitos, quando se visa ampliar o espectro de direitos já conquistados; (2) defesa de direitos, quando há risco de violação dos mesmos. (Advocacy em Rede). Disponível em <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/advocacy.doc>> Acesso em: 17 mar. 2009.
21. Anemia falciforme; câncer de colo do útero; câncer de mama; diabetes melito; doença inflamatória pélvica; hipertensão arterial; lúpus eritematoso sistêmico; miomas ou fibromas. Cartilha disponível em <http://www.conectas.org/saudemulhernegra/inc/files/material/cartilhas/saude_da_mulher_negra_uma_atencao_especial.pdf> Acesso em: 17 mar. 2009.
22. Reflexão de Mãe Beata de Iyemonjá: "A esperança também é uma realização. Nunca devemos olhar a esperança como algo aberto! Olhe para ela como algo fechado: realizado".
23. PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Influência das línguas africanas no português brasileiro*. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade de Salvador (org.). Pasta de textos da professora e do professor. Salvador, 2005. Disponível em <<http://d.scribd.com/docs/2ktaw2eenx3ej9ade811.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2009.

Recebido em 19/3/2009
Aprovado em 30/3/2009